

ARTIGOS LIVRES

OS PADRÕES DA PARTICIPAÇÃO: A DIMENSÃO FORMATIVA E A MULTIPLICIDADE DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA

*THE PATTERNS OF PARTICIPATION: THE
FORMATIVE DIMENSION AND THE
MULTIPLICITY OF BRAZILIAN CIVIL
SOCIETY*

Priscila Zanandrez *



* Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade Filosofia e Ciências Humanas,
Departamento de Ciência Política, Belo Horizonte, MG, Brasil.
E-mail: priscilazanandrez@gmail.com

RESUMO

A participação social no Brasil variou entre expansão e retrocessos, acompanhada por um adensamento da sociedade civil. No âmbito teórico, vários efeitos da prática participativa têm sido identificados, inclusive ressaltando a complexidade da sociedade civil do país, que abrange organizações de naturezas muito diversas. Este estudo, baseado em dados de grupos focais, se concentra nos padrões da dinâmica participativa do país, especialmente em sua dimensão formativa, buscando novas perspectivas analíticas e empíricas para entender a estrutura da sociedade civil contemporânea. O artigo visa a examinar como diferentes ativistas interpretam suas experiências de participação e o papel que a participação desempenha na formação e atuação desses indivíduos. Os dados demonstram que, para compreender os diferentes efeitos formativos da participação, é necessário atentar-se para a multiplicidade de organizações da sociedade civil, e, principalmente, para os padrões de engajamento existentes entre os ativistas.

Palavras-chave: Participação; Sociedade Civil; Efeitos Democráticos.

ABSTRACT

Social participation in Brazil has varied between expansion and setbacks, accompanied by a densification of civil society. In the theoretical sphere, various effects of participatory practice have been identified, even highlighting the complexity of the country's civil society, which includes organizations of very diverse natures. This study, based on focus group data, focuses on the patterns of participatory dynamics in the country, especially in its formative dimension, seeking new analytical and empirical perspectives to understand the structure of contemporary civil society. The article aims to examine how different activists interpret their experiences of participation and the role that participation plays in the formation and action of these individuals. The data shows that, in order to understand the different formative effects of participation, it is necessary to pay attention to the multiplicity of civil society organizations and, above all, to the patterns of engagement that exist among activists.

Keywords: Participation; Civil Society; Democratic Effects.

INTRODUÇÃO¹

No Brasil, a participação social experimentou diversos momentos, alternando entre fases de expansão e de retrocesso (AVRITZER et al., 2022; BEZERRA et al., 2022; AVRITZER e ZANANDREZ, 2024). É possível identificar vários períodos marcados tanto pela proliferação de organizações da sociedade civil com orientação democrática quanto por associações de caráter conservador e antidemocrático (WARREN, 2001; YOUNG, 2002; FOLEY e EDWARDS, 1996; BRUSTEIN, 1996; DOIMO, 1995). Desde os movimentos civis que apoiaram regimes militares e nazifascistas (DOIMO, 1995) até organizações que lutaram pela redemocratização, passando pelas manifestações favoráveis e contrárias ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e ao fechamento do Congresso, bem como pelas experiências institucionais de participação, é complexo garantir que todos os agentes envolvidos nos diferentes espaços de participação tenham transformado, necessariamente, suas ações participativas em contribuições positivas para a democracia ou para a consolidação de valores democráticos.

Desde o processo de redemocratização, o Brasil vivenciou mudanças significativas em seu padrão de organização social (DOS SANTOS, 1993; AVRITZER, 2012). Observou-se um aumento no número de organizações da sociedade civil, especialmente aquelas ligadas a organizações de bairro, acesso à saúde, educação e outras políticas sociais. Posteriormente, a partir dos anos 2000, uma variedade de inovações democráticas participativas disseminou-se pelo país por meio de conselhos de políticas públicas, conferências, orçamentos participativos e outros modelos de instituições participativas (ABERS, 2000; SANTOS e AVRITZER, 2002; AVRITZER e NAVARRO, 2003; BAIOCCHI, 2005; SINTOMER, 2005; FARIA, 2005; DIALOG GLOBAL..., 2013; PIRES, 2011; PIRES e VAZ, 2012; ROMÃO, MANTAMBEAULT e LOUAULT, 2020). Até meados de 2013, especialmente com as Jornadas de Junho e, em seguida, com o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, predominava um certo consenso acerca da forte propensão do Brasil para a participação, notadamente pela sua capacidade de introduzir inovações democráticas (AVRITZER, 2002, 2010, 2016).

A partir de 2014, com a repercussão do Decreto nº 8.243/2014, que instaurava a Política Nacional de Participação (AVRITZER et al., 2022), e com a eleição de Jair Bolsonaro em 2019, que não apenas limitou os espaços institucionais de participação como também incentivou a criminalização dos movimentos sociais (ROCHA, 2022), esse padrão participativo se altera (AVRITZER et al., 2022; BEZERRA et al., 2022; AVRITZER e ZANANDREZ, 2024). Desde então, o campo participativo se mostrou ainda mais complexo, compartilhando espaços entre grupos completamente opostos e ativistas com trajetórias e comportamentos inteiramente distintos.

Estudos na área de comportamento político apontam que, apesar do processo de expansão da participação, a cultura democrática do país ainda manifesta "atitudes de indiferença, apatia e distanciamento da arena política" (BAQUERO, 2001, p. 98).

¹ Agradeço ao Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação (INCT - IDDC) e aos seus financiadores, Fapemig (APQ-03612-17) e CNPq (465535/2014-3), pelo apoio que concederam ao projeto que possibilitou a elaboração deste artigo. Também manifesto meus agradecimentos aos pareceristas anônimos pela leitura instigante deste trabalho.

Fatores como a influência do clientelismo, do familismo e do personalismo são apontados como possíveis causas para o baixo engajamento e o suporte frágil à democracia na organização social do país (BAQUERO, 2003, 2008, 2015; BORBA, 2005). De maneira geral, observa-se, mesmo entre grupos de atores participativos, a persistência de valores autoritários (ZANANDREZ, 2022) e a presença de uma cultura política híbrida (MOISÉS, 1995, 2010). Essa cultura, apesar de reconhecer a importância da democracia, considera que ela é compatível com comportamentos e medidas autoritárias, como a intervenção militar.

Nesse contexto, o presente trabalho visa a analisar como diferentes grupos de ativistas refletem sobre suas próprias experiências de participação e sua visão da democracia. O estudo tem como objetivo compreender como esses cidadãos percebem suas vivências nesses espaços de participação e de que maneira isso afeta tanto suas trajetórias pessoais quanto suas perspectivas sobre a participação como prática política. Para atingir esse fim, foram analisados grupos focais realizados ao longo de 2019, compostos por indivíduos associados a diversos grupos. A técnica empregada permite que a pesquisa se aproxime de ambientes nos quais as pessoas normalmente discutem questões políticas em seu dia a dia, como reuniões entre amigos (GAMSON, 1992; STANLEY, 2016). As discussões geradas nos grupos focais ajudam a entender a construção coletiva de significados para as definições e interpretações que orientam o comportamento das pessoas (STANLEY, 2016). Dedicaremos especial atenção às formas de participação política que exigem conexão e relação entre os atores, com o intuito de entender como esses espaços (em seus diversos formatos), por meio da interação e do diálogo entre os participantes, podem influenciar seus comportamentos.

Assim, este artigo visa a contribuir para uma discussão relevante sobre os efeitos individuais da participação em cidadãos engajados coletivamente. Em um cenário de reorganização democrática e aumento da participação, torna-se fundamental analisar o impacto da participação no comportamento dos ativistas e investigar se os tipos de vínculos estabelecidos influenciam a maneira como esses indivíduos veem o sistema político e a própria prática participativa. Os dados coletados oferecem percepções que ajudam a compreender a dinâmica da participação durante o início do governo Bolsonaro e iluminam os desafios que persistem, mesmo diante de um novo governo.

Os grupos focais foram organizados pelo Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação (INCT IDDC) no período de março a setembro de 2019. Considerando as limitações logísticas e orçamentárias enfrentadas pelo IDDC, os grupos focais foram realizados em três capitais: Belo Horizonte, São Paulo, e Porto Alegre, além de uma cidade de porte médio em Minas Gerais, Montes Claros. A condução dos grupos foi realizada pela autora e por outras pesquisadoras integrantes da equipe do Instituto da Democracia.

Os participantes dos grupos focais foram recrutados com o auxílio de recrutadores profissionais e por meio das redes interpessoais das pesquisadoras envolvidas no projeto. No período mencionado, foram organizados três grupos com indivíduos que possuíam experiência em conselhos, sendo um em cada capital mencionada

anteriormente. Adicionalmente, foram formados três grupos com ativistas de diversos movimentos sociais, incluindo movimentos sindicais e estudantis, com um grupo em Porto Alegre, outro em São Paulo e um terceiro em Montes Claros. Também foram realizados dois grupos com membros de variadas associações, tais como associações esportivas em São Paulo e associações de assistência em Belo Horizonte. Ao todo, oito grupos focais com ativistas da sociedade civil foram conduzidos. Em cada caso, houve a preocupação em reunir pessoas com perfis e experiências similares, visando a criar um ambiente de discussão acolhedor. A faixa etária da maioria dos participantes estava entre 30 e 60 anos, com exceção dos grupos de Montes Claros, formados por estudantes universitários do movimento estudantil, e do grupo de associações em São Paulo (SP4), que contou com a presença de jovens. Detalhes adicionais sobre os grupos focais realizados podem ser encontrados no Anexo 1.

O artigo estrutura-se em três seções principais, além desta introdução. A primeira seção propõe uma discussão sucinta sobre os impactos da participação e delineia as variáveis analíticas empregadas na avaliação dos grupos focais. A segunda seção expõe os resultados fundamentais da pesquisa, divididos em três subseções, conforme as categorias analíticas definidas pelo estudo. Por fim, a terceira seção debate os resultados mais significativos, contemplando reflexões acerca dos potenciais padrões de participação identificados.

PARTICIPAÇÃO E EFEITOS DEMOCRÁTICOS

A literatura sobre os potenciais efeitos da prática participativa nos ativistas é vasta e diversificada, tanto em termos de origem teórica quanto da própria concepção de participação. Essa literatura pode ser agrupada em pelo menos três principais vertentes teóricas: participacionistas, culturalistas e críticos.

Os participacionistas se alinham principalmente com as teorias de Carole Pateman (1992) e Cohen e Arato (1992), e exploram a participação sob a ótica da corrente habermasiana de deliberação (HABERMAS, 1995, 2003). Essa perspectiva enfatiza o valor da participação como um meio de fortalecer a democracia e o tecido social através da deliberação e do engajamento cívico (ALMEIDA e CUNHA, 2011). Os culturalistas focam no campo do comportamento político, baseando-se principalmente nos trabalhos de Putnam (1996, 2000), que discute a importância do capital social, e Almond e Verba (1953, 1963, 1989), que introduziram o conceito de cultura política. Ambos os grupos teóricos oferecem *insights* significativos sobre como o envolvimento participativo pode afetar o desenvolvimento individual e da sociedade democrática como um todo. Apesar de suas distintas abordagens e revisões ao longo dos anos, convergem na ideia de que a participação popular tem uma dimensão educativa, contribuindo para a formação de cidadãos mais democráticos e, por extensão, para a construção de sociedades mais democráticas (PATEMAN, 1992; PUTNAM, 2000).

Por outro lado, os críticos questionam essa visão homogênea e intrinsecamente virtuosa da participação. Argumentam que nem todas as formas de participação são

necessariamente benéficas para a democracia e que, em certas circunstâncias, a participação pode até reforçar valores autoritários e segregacionistas (WARREN, 2009; CHAMBERS e KOPSTEIN, 2001; BRUSTEIN, 1996; HIRSCHMAN, 1982; BERMAN, 1997; ARMONY, 2004; ARNEIL, 2006; FOLEY e EDWARDS, 1996; GUTMANN, 1998; YOUNG, 2002). Armony (2004) inclusive destaca que não é suficiente identificar a “bad civil society” (usando a expressão de Chambers e Kopstein (2001)), porque mesmo organizações com objetivos lícitos podem representar ameaças a democracia. Essa vertente, portanto, critica a noção simplista de que mais participação equivale automaticamente a uma democracia mais robusta, apontando para a complexidade e as nuances que caracterizam a relação entre participação cívica e democracia.

O trabalho de Warren (2001) *Democracy and association*, ao retomar as diferentes correntes teóricas, faz um importante exercício de organizar os argumentos referentes ao engajamento cívico e suas respectivas críticas, aglutinando-os em um conjunto de possíveis efeitos e os relacionando a uma tipologia de associações. O autor, apesar de considerar os efeitos benéficos da participação, assume que também é possível que haja trocas não necessariamente favoráveis à democracia. Warren subdivide os efeitos democráticos em três grandes categorias: (i) – efeitos de desenvolvimento; (ii) – efeitos da esfera pública; e (iii) – efeitos institucionais. As duas últimas categorias referem-se propriamente à estrutura dos modelos associativos, ou seja, como as associações e organizações civis produzem diferentes impactos à democracia em uma perspectiva macro. Por outro lado, a descrição dos efeitos de desenvolvimento de Warren refere-se diretamente ao impacto que a prática da participação provoca individualmente em seus participantes. A categoria é subdivida em outros três efeitos: a) senso de eficácia e informação: sentimento de impacto das ações coletivas, desenvolvimento de autoconfiança e vontade para agir e resolver problemas – o famoso “fazer a diferença” –, além de acúmulo de informações que permitem formular demandas e exigir transparência e controle; b) habilidades políticas e deliberativas: desenvolvimento de habilidades de fala, negociação, argumentação, escuta, formulação e organização de demandas; c) virtudes cívicas: desenvolvimento de valores relacionados ao bem comum, à justiça, tolerância, confiabilidade, ao respeito ao Estado de direito, às instituições democráticas e ao direito dos outros.

A tipologia une diversos efeitos individuais já trabalhados pelos diferentes campos teóricos, clarificando suas diferenças e conexões. É possível identificar o argumento de Pateman (1992) no incremento das habilidades políticas e deliberativas, as qualidades promovidas pelo capital social de Putnam (1996) e as características da cultura cívica de Almond e Verba (1963). Além disso, o enquadramento teórico não negligencia os efeitos perversos que podem emergir da sociedade civil.

A partir das categorias de Warren (2001) (senso de eficácia e informação; habilidades políticas e deliberativas; virtudes cívicas), foram desenhadas as dimensões analíticas deste trabalho, a fim de analisar como as atividades mobilizam os argumentos em relação aos efeitos da participação. Além disso, introduzimos uma nova dimensão de análise relacionada à trajetória participativa para entender como as pessoas tomam a

decisão de se envolver e desenvolvem sua história de participação. O quadro a seguir sistematiza as categorias e dimensões analisadas.

Quadro 1. Dimensões analíticas

Dimensões analíticas	Código utilizado	Principal pergunta de referência do roteiro	Características
Trajetória participativa	Histórico de participação/razão da participação	Apresentação geral dos participantes.	Trajetória Participativa. Como e por que começou a participar.
Habilidades políticas/deliberativas	Habilidades	Vocês sentem que a participação de vocês mudou algo na democracia, na política, na vida de vocês? Como vocês percebem a participação e essa luta democrática?	Desenvolvimento de habilidades de fala, negociação, formulação e organização de demandas; desenvolvimento de habilidades de argumentação, escuta e tomada de decisões.
Dimensão senso de eficácia	Senso de eficácia/informação		Senso de impacto das ações coletivas; desenvolvimento de autoconfiança e vontade para agir e resolver problemas, o famoso "fazer a diferença"; acúmulo de informações que permitem formular demandas, exigir transparência e controle.
Virtudes cívicas/adesão democrática	Apoio ao regime democrático	Algumas pessoas me disseram que “em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático”. O que você acha? Quais seriam essas circunstâncias? Você trocaria a democracia por outra forma de governo? Qual? Por quê?	Justificações e razões para apoiar regimes não democráticos, o estado de Direito e as instituições democráticas.
Virtudes cívicas/adesão democrática	Condições para regime autoritário		Identificar discussões sobre ruptura com democracia, em quais condições isso seria aceitável, disputas sobre o que seria ou não aceitável.

Fonte: Elaborado pela autora.

Como forma de sistematizar o tratamento dos dados, foram codificados os diálogos, a partir de algumas perguntas do roteiro principal, de acordo com as dimensões analíticas listadas. A codificação consistiu na atribuição de códigos (categorias) aos trechos nos quais cada tema aparecia. Cada tema corresponde a uma categoria. Para a análise, os áudios foram transcritos por profissionais contratados, e a codificação foi feita utilizando o software Atlas.ti.

A dimensão analítica “trajetória participativa” foi operacionalizada a partir da categoria “histórico de participação/razão da participação”. Essa categoria possibilitou verificar as razões para o engajamento cívico. A presença dessa categoria não se vinculou a uma pergunta específica, sendo apreendida ao longo das discussões nos grupos focais, principalmente durante a apresentação dos participantes nos grupos. Esse primeiro mapeamento permitirá identificar os perfis participativos e suas motivações em relação à participação.

Já as dimensões que correspondem ao modelo de Warren (que diz respeito aos efeitos que a prática da participação provoca diretamente nos ativistas) reuniram as categorias de (i) senso de eficácia e informação: sentimento de impacto das ações coletivas, (ii) habilidades políticas e deliberativas: desenvolvimento de habilidades de fala e negociação e (iii) virtudes cívicas/adesão democrática: defesa da democracia e de suas instituições. Cada uma das dimensões de Warren foi operacionalizada através de seus respectivos códigos. Os códigos senso de eficácia/informação e habilidades foram captados, principalmente, através das perguntas – Vocês sentem que a participação de vocês mudou algo na democracia, na política, na vida de vocês? Como vocês percebem a participação e essa luta democrática? – e também, de forma heurística, ao longo das transcrições, sob a forma com que o tema aparecia livremente nos discursos dos participantes. A dimensão virtudes cívicas/adesão democrática se desdobrou em dois códigos: apoio ao regime não democrático e condições para regime autoritário. Para análise dessas categorias, foram mobilizadas, principalmente, as respostas para as seguintes perguntas: (i) Algumas pessoas me disseram que “em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático”. O que você acha? Quais seriam essas circunstâncias? (ii) Você trocaria a democracia por outra forma de governo? Qual? Por quê?²

TRAJETÓRIA PARTICIPATIVA

Iniciaremos nossa análise pela categoria “trajetória participativa” a fim de mapear como os ativistas justificam seus vínculos participativos e quais são esses vínculos. Observa-se que, entre os ativistas que participaram dos grupos focais, a maioria está engajada em pelo menos uma atividade participativa por mais de 5 anos³ e ocupa mais de um modelo participativo concomitantemente. Trata-se, portanto, de um grupo de ativistas com fortes vínculos de participação, tanto pelo tempo de engajamento cívico quanto pelas experiências participativas compartilhadas.

“Eu sou S, pertencço ao Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e ao Conselho Municipal de Transporte e Trânsito e faço parte também da Pastoral da Pessoa com Deficiência da arquidiocese [...]”. (S-SP1).

“Eu sou F e eu atuo hoje com movimentos de moradia em uma ocupação urbana aqui de Belo Horizonte, pequena né, eu também atuo muito em pastorais sociais ligadas à Igreja Católica e outras frentes, movimentos, mobilizações e etc.”. (F-BH2).

² O roteiro principal, elaborado pela equipe do Instituto da Democracia e utilizado nos grupos focais, contempla outras questões relacionadas à temática da democracia e suas instituições. Os dados apresentados neste artigo atravessam todas as questões presentes no roteiro, com destaque para as elencadas no Quadro 1. Categorias como histórico de participação, habilidades e senso de eficácia não aparecem em uma pergunta específica, mas estendem-se nos discursos, ao longo de todo o debate dos grupos focais. Por isso, foi realizada uma leitura atenta de todo o corpo textual das transcrições, identificando as dimensões analíticas apresentadas, independentemente da pergunta que instigou o debate.

³ Ao iniciar os grupos focais, foi aplicado um questionário a todos os participantes, com perguntas gerais sobre participação e democracia. Os dados confirmam que mais de 50% dos ativistas entrevistados participam de organizações participativas há mais de 5 anos. O Anexo I traz as organizações às quais os participantes estão vinculados.

*“Meu nome é AJ, 66 anos, sou engenheiro, na realidade eu **tenho 36 anos que eu pertencço à ordem maçônica**. Fora essa atividade dentro da instituição maçônica, eu **fui do conselho do CREA de xxx**, eu **fui presidente da Sociedade do Engenheiros de xxx**, participo do **conselho do xxxx Clube**, então tivemos **várias atividades que a gente sempre se envolveu na área social [...]**”. (AJ-BH3).*

Os diálogos mostram que os ativistas tendem a se engajar, simultaneamente, em várias organizações e atividades participativas. Nota-se essa característica na maioria dos grupos analisados, desde os grupos com ativistas de instituições participativas (cujos participantes, obrigatoriamente, são representantes de alguma organização, entidade ou do próprio Estado), movimentos sociais, até organizações beneficentes e profissionais. Portanto, os discursos e interpretações dos ativistas são atravessados pelo acúmulo de suas vivências e pelas experiências nesses espaços.

No entanto, é interessante observar que, apesar da múltipla participação dos atores, existe um claro padrão temático e político que guia a atuação dos ativistas. A participante S – SP1, por exemplo, apesar de fazer parte de dois diferentes conselhos e de uma pastoral, apresenta engajamento relacionado diretamente com a temática de direitos da pessoa com deficiência. O mesmo acontece com os ativistas de ocupação urbana (F-BH2), defesa de direitos sociais (J-SP1; A-SP1; M-SP1), religiosos (C-BH3; G-BH2) e até mesmo entre os participantes de grupos de serviços, como o AJ-BH3, que se envolveu em diversas organizações por meio de seu engajamento inicial com a maçonaria.

Observa-se que a temática central de atuação (ligação a diferentes políticas públicas) permanece a mesma, apesar de os ativistas transitarem em diferentes organizações. Esse indício pode ser uma possível hipótese explicativa para compreender o comportamento dos atores participativos em relação à democracia. Isso é possível a partir das chaves da construção temática, do histórico de ativismo, de sua área de atuação e não, necessariamente, levando em consideração, apenas, o tipo/modelo de organização a que o ativista está vinculado. Nesse sentido, os diálogos presentes nos grupos focais tendem a confirmar os argumentos de Armony (2004) e Warren (2001), que defendem a multiplicidade de sentidos presentes na sociedade civil. Em nosso caso, observa-se que esses sentidos extrapolam modelos independentes de participação e se conectam ao entrelaçamento de temas, espaços e dinâmicas participativas que os ativistas engendram ao longo de sua trajetória.

Os dados apresentados vão ao encontro, ainda, do modelo teórico proposto por Young (2002), em que a autora identifica três principais modelos de associativismo/participação – privado, civil e o político. O modelo de Young se assenta, sobretudo, no padrão de atuação de cada tipo associativo. O associativismo privado tem suas atividades voltadas, centralmente, para seus próprios membros, e se relacionam a questões de cuidados pessoais, consumo, entretenimento, suporte emocional etc. Tais práticas dizem respeito a questões básicas da vida privada e têm como foco seus próprios membros ou pessoas com afinidades temáticas. As associações cívicas são dirigidas, principalmente, para fora, à serviço não apenas dos seus membros, mas também da comunidade mais ampla. Contribuem, portanto, para o bem comunitário. Por fim, a associação política se concentra em pautar o debate

público, influenciando a formação ou implementação de políticas públicas. Segundo a autora, a “atividade política é qualquer atividade cujo objetivo é politizar a vida social ou econômica, levantar questões sobre como a sociedade deve ser organizada e quais ações devem ser tomadas para resolver problemas ou se fazer justiça” (YOUNG, 2002, p. 163). Young ressalta, ainda, que seu modelo de associações privada, cívica e política refere-se a níveis de participação, e que é possível que diferentes organizações/ativistas possam transitar entre eles. Em nosso caso, fica evidente que não se trata, apenas, de um tipo específico de organização participativa à qual os participantes se vinculam, mas de como os ativistas constroem sua trajetória participativa, se engajando e atuando de acordo com padrões específicos, principalmente ligados às motivações iniciais de sua participação.

Quadro 2. Razões/histórico da participação

SP1 – Instituições Participativas	“Eu entrei porque a minha doença se agravou e eu comecei a frequentar a associação e a partir disso eu comecei a frequentar as plenárias e num dado dia [...] eu cheguei pra reunião e tinha uma imensidão de pessoas com cadeira e pessoas com deficiência sem lugar pra fazer a reunião. Aquilo me deixou assim estarelecida. Eu falei, como que isso acontece? [...]. Aí que eu me candidatei e fui tentar ajudar, ver o porquê essas coisas aconteciam”. (S-SP1 – Participante de Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência; Conselho Municipal de Transporte e Trânsito; Pastoral da Pessoa com Deficiência).
BH1 – Instituições Participativas	“[...] eu participei de todo o processo da redemocratização, [...] participei dentro de uma associação de moradores que eu entrei em 1984, e eu entrei pela minha necessidade específica que era de moradia, a gente tinha lá minha mãe viúva, desde 1977, com 9 filhos sem lugar de morar, varrendo rua na cidade, ela foi uma das primeiras mulheres a varrer rua da cidade [...] então descobri aquele movimento de moradia ali e entrei pra dentro. Foi a melhor coisa que eu fiz na vida. Tudo que eu penso desde 1984 pra cá é coletivo, não tem nada que eu penso assim "sou eu", porque eu não existo sem as outras pessoas, eu vejo dessa forma. E aí eu participei em Belo Horizonte da construção de praticamente todos os conselhos [...]”. (E-BH1 – Participante do Conselho de Educação).
POA5 – Instituições Participativas	“Comecei a trabalhar com os movimentos sindicais. [...] nós estávamos vivendo no regime militar ainda [...]. A ideia de ter liberdade sindical era um negócio superimportante”. (C-POA5 – Participante Sindicalista; CUT do Rio Grande do Sul e do nacional).
	“Eu entrei para o movimento, na verdade no movimento partidário em 88 [...]. Era uma época assim romântica do negócio. Era uma época que tu ia comprar bottons; tu comprava bandeira sabe”. (M-POA5 – Participante vinculado a Unes e CUT RS).
	“A gente fazia as bandeiras”. (C-POA5 – Participante Sindicalista; e faz parte da CUT do Rio Grande do Sul e do nacional).
	“Grampeava os pauzinhos ali”. (F-POA5 – Participante do Movimento dos Atingidos por Barragens).
	“Ah Deus me livre era uma nostalgia, era um negócio mesmo romântico”. (M-POA5 – Participante vinculado a Unes e CUT RS).

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do INCT – Instituto da Democracia (2019).

Os diálogos acima demonstram um padrão político de participação, em que os ativistas pautavam suas atividades a partir de uma intervenção no debate público e na construção de políticas públicas. Os discursos, especialmente nos grupos focais SP1 e BH1, demonstram que a caminhada participativa desses atores está fortemente ligada ao enfrentamento de problemas sociais amplos. Verifica-se isso nas temáticas

citadas pelos ativistas, como direitos da pessoa com deficiência e acesso aos serviços de saúde e habitação. O relato da participante E-BH1 descreve bem não apenas como a sua participação foi uma resposta aos problemas por ela enfrentados, como também narra o processo de construção dos conselhos de políticas públicas. A conversa do grupo POA5 também retrata um modelo de participação definitivamente político, muito ligado aos partidos (principalmente do campo da esquerda) e movimentos sindicais de forte atuação no sistema político. Os ativistas relataram suas experiências sobre um momento “romântico” da participação popular no país, com a retomada do voto e expansão da participação.

Por outro lado, também foi possível encontrar motivações e históricos participativos que não estiveram vinculados a questões políticas amplas, como é o caso da fala do conselheiro presente no grupo focal com participantes de IPs, (instituições participativas) em São Paulo:

“Bom dia, meu nome é MA-SP1, sou presidente do Conse xxx [conselho do bairro de classe alta de São Paulo], sou conselheiro da UBS Jardim xxx, eu entrei, estou participando... como eu disse, sou administrador de empresas e construo e administro prédios na região da [...]. E com isso eu tenho, além de cuidar dos prédios a gente tem que cuidar do nosso entorno. Eu comecei adotando praças, pra valorizar o nosso entorno, pra trazer mais segurança e organização e comecei a me envolver com essas questões da sociedade. Então eu peguei gosto por isso e hoje eu participo de várias outras entidades, criamos um grupo de empresas e empresários chamado Conexão [...] e nós juntamos empresas e empresários da região [...]”. (MA-SP1, participante – Conse xxx; Conselheiro da UBS Jardim xxx).

O participante, nesse caso, apesar de participar de alguns conselhos e entidades civis, iniciou seu engajamento participativo não por estar infeliz ou insatisfeito com algum problema específico, mas motivou-se, sobretudo, em razão de seu meio profissional. Nesse caso, a fala indica um perfil específico de participação, que se alinha com o conceito de participação privada e cívica (YOUNG, 2002). Esse mesmo perfil aparece nas conversas nos grupos SP4, com jovens de associações recreativas, e BH3, com participantes de organizações beneficentes, revelando um padrão organizativo focado em atividades específicas para o seu próprio grupo.

As diferenças entre os padrões de participação não se restringiram apenas aos laços desenvolvidos pelos atores durante sua trajetória, mas se revelaram também em relação ao campo político-ideológico. Os participantes vinculados a atividades de caráter mais privado ou cívico apresentaram, durante os diálogos, forte proximidade com os discursos anticorrupção deflagrados pela Lava-Jato e apoio a figuras políticas como Sérgio Moro. Os discursos corroboraram algumas características do bolsonarismo, principalmente sua estratégia de ataque às instituições políticas, imputando uma cultura de descrédito e desconfiança com relação ao sistema político como um todo (AVRITZER, KERCHE e MARONA, 2021).

Por outro lado, também ficou evidente outro perfil de ativistas que rememoraram o processo de redemocratização do país e estão, historicamente, ligados à conquista e ao aprofundamento de direitos sociais. As trajetórias desses atores iniciaram a partir de problemas próximos ao seu cotidiano e se desenvolveram em um campo de luta política amplo, ao longo de sua caminhada participativa. Ao serem questionados sobre as personalidades que lhes inspiram confiança, foi comum observar entres

esses ativistas respostas que mencionavam nomes como Lula, Dilma e João Pedro Stédile, personalidades notoriamente do campo progressista.

Esse último padrão esteve muito presente na literatura sobre participação social, dada sua presença no processo de expansão de variadas políticas públicas e da própria participação social. Por outro lado, o grupo de atores mais conservadores, apesar de transitar em muitas organizações participativas e ter uma relativa trajetória de ativismo (em termos de anos), esteve pouco presente nas análises sobre participação, ainda que, em face da atual conjuntura democrática, diversos estudos têm discutido o papel desses atores conservadores na crise política contemporânea (PINHEIRO-MACHADO, 2019; ALONSO, 2017; TATAGIBA e GALVÃO, 2019; MENDONÇA e DOMINGUES, 2022; SILVA e PEREIRA, 2020). Este grupo de ativistas foi

[...] tradicionalmente negligenciados pelo campo de estudos de movimentos sociais, que tendeu a concentrar seu foco analítico na mobilização das classes populares e das “minorias”, secundarizando o estudo da mobilização das elites e das classes dominantes [...] [Dedicou-se] a maior parte de sua atenção à mobilização de grupos progressistas situados à esquerda do espectro político, secundarizando as análises de grupos conservadores à direita do espectro político. (SILVA e PEREIRA, 2020, p. 27–28).

Apesar de esse padrão privado de participação não estar, centralmente, presente na produção acadêmica sobre participação, isso não significa que esses atores já não estivessem ocupando diferentes espaços participativos por algum tempo. Tal constatação apenas reforça a lacuna existente nos estudos sobre esse padrão de participação e sobre como a dinâmica participativa também é moldada por eles⁴.

Essa primeira parte da análise dos grupos focais, sobre o histórico e perfil participativo dos ativistas, revelou importantes constatações. A primeira delas reforça o argumento do múltiplo engajamento – as pessoas que participam, normalmente, estão vinculadas a mais de um espaço simultaneamente. A segunda diz respeito à diversidade de perfis e formas de participação dos ativistas, identificando dois padrões distintos de participação, que confirmam o argumento de Young: (i) um padrão “político” de ativismo, ligado, sobretudo, ao processo de redemocratização e conquistas de políticas sociais; (ii) e o segundo caracterizado por uma atuação mais “privada ou cívica” e de perfil mais conservador.

HABILIDADES POLÍTICAS E DELIBERATIVAS

É possível agrupar os discursos sobre o impacto da participação na formação das habilidades dos ativistas em duas principais dimensões. A primeira, mais próxima ao próprio conceito de Warren, se refere ao desenvolvimento de habilidades de

⁴ Um importante exemplo da diversidade de organizações e repertórios de ação presentes na sociedade civil do país se deu durante o processo participativo do Plano Plurianual (PPA) 2023. O ranking final da votação das propostas confirma a força da participação de padrão privado. As propostas de teor corporativo receberam mais votos do que as propostas de movimentos sociais tradicionais como MST, Marcha das Mulheres e MTST (BRASIL, 2023).

argumentação e acúmulo de conhecimento; e a segunda, a como a participação impactou a forma como os ativistas enxergam e entendem seu meio e a sociedade. As falas sobre como as experiências de participação permitiram o aprimoramento das habilidades de argumentação e informações foram comuns nos diferentes modelos participativos, enquanto os discursos sobre a mudança de percepção da sociedade concentraram-se sobretudo entre ativistas de instituições participativas e movimentos sociais.

No que tange a dimensão informacional, observa-se elementos sobre o acesso a informações que só poderiam ser alcançadas através da participação, e não apenas isso, a prática participativa também estimula a busca por novos conhecimentos. A participante G-SP4, do grupo de associações desportivas e movimentos sociais de São Paulo, ao relatar sua experiência em um coletivo de curso preparatório para o vestibular, conta como teve acesso a diferentes informações que, sem a experiência de participação, não lhe estariam disponíveis. O ativista F- POA5, do grupo de ativistas de partidos políticos, descreve, ainda, como a sua forma de se expressar foi impactada pela prática da participação.

“[...] e lá dentro [dos movimentos] eu tive acesso a uma diversidade de informações que eu não tinha e eu não conseguia sozinha. E até exemplo de pessoas que tem participação e conhecimento político, daí eu fui pesquisar mais por conta disso”. (G-SP4 – Participante de Movimentos Sociais e do Greenpeace).

*“Então a gente se envolveu muito nesse sentido e aí depois dentro da faculdade, aí também contribuiu o movimento estudantil... **também ajudou a formar um pouco quem eu sou hoje...** E aí dentro das coisas que melhorou para mim, que eu vi que eu avancei muito né, a própria forma de se expressar que eu acho que é a primeira coisa que a gente muda assim. A visão de mundo, o acesso à informação, o acesso ao direito. Acho que isso são coisas que a gente entra e não abre mão. [...] **Minha faculdade foi feita dentro dos movimentos sociais. Meu diploma foi só pela UFC [...]**”. (F-POA5 – Participante de Movimento dos Atingidos por Barragens).*

Por outro lado, há também um conjunto de falas que extrapolam a formação de habilidades práticas e se relacionam mais com a mudança na forma com que os ativistas enxergam o mundo e seu papel na sociedade, de forma que os discursos mobilizados nessa categoria também apresentam forte relação com outra dimensão analítica do trabalho: o senso de eficácia (sentimento de que a sua participação faz diferença). Foram mobilizadas falas nessa temática em vários grupos (SP1 – IPs; SP4 – Associações; POA4 – Partidos; POA5 – IPs e Partidos; BH3 – Associações), e selecionamos aqui um diálogo entre atores com longo histórico de envolvimento em movimentos sociais, sindicatos e partidos (POA5). O diálogo reforça a ideia de como a prática da participação promove novos sentidos à construção cotidiana dos ativistas.

*“[...] meu modo de ver, de pensar a sociedade mudou bastante e eu vejo isso na criação dos meus filhos. **Então eu só tenho a agradecer ao movimento sindical. Por eu ter vivido tudo isto**”. (M-POA5 – Participante da Unes e da coordenação da direção da CUT RS).*

“É uma paixão”. (F-POA5 – Participante do Movimento dos Atingidos por Barragens).

“É [...] Porque eu como pessoa, eu apreciei muito o movimento sindical, aprendi muito, eu militei com senadores que nem pensavam que iam ser senador. [...] Então eu não tenho outra palavra a dizer para o movimento social e os movimentos partidário e o movimento sindical, que agradecimento pela visão que eu tenho hoje”. (M-POA5 – Participante da Unes e da coordenação da direção da CUT RS).

Esse diálogo reafirma um padrão de ativismo de perfil mais político muito presente nos estudos sobre participação, em que as experiências dos ativistas se confundem com o próprio processo histórico da participação social no Brasil. Todos os participantes desse grupo (POA-5) participam ou já participaram de algum partido político e tem experiências em quase todas as outras modalidades de participação. Destaca-se as falas dos participantes sindicalistas. Apesar de o movimento sindical estar enfrentado importantes questionamentos, inclusive relativos a uma possível estrutura mais autoritária que tem sido adotada na última década (MARCELINO e GALVÃO, 2020), observa-se que os ativistas, ainda assim, demonstram apreço e atribuem aos sindicatos e movimentos sociais boa parte de sua formação e consciência de sociedade. Essa pluralidade de padrões existente entre os próprios modelos sindicais reforça a hipótese explicativa de que a trajetória e a construção temática do ativismo explicam mais o comportamento dos ativistas do que apenas a análise de um modelo de participação específico.

O diálogo do grupo BH2, a seguir, demarca como o envolvimento desses ativistas, nos diversos espaços da sociedade civil, estimulou não apenas o desenvolvimento de habilidades práticas, como também valores em relação: à defesa de grupos minoritários, ao senso de solidariedade e à defesa do bem comum. As falas, ainda que perpassem o impacto das próprias ações de seu engajamento, também demonstram como os ativistas percebem a mudança que a participação gerou em sua vida, principalmente ao se referirem a uma visão coletiva da política, corroborando o argumento de Putnam de que o acúmulo de capital social geraria dois importantes benefícios: (i) importantes valores como solidariedade, espírito público e colaboração, resultando em “círculos virtuosos de cooperação”; e (ii) uma efetiva forma de coordenação e resolução de problemas de ação coletiva.

“[...] em mim com certeza, essa coisa de acontecer o sujeito, a forma como eu me coloco no mundo, essa coisa de me entender como alguém que pode agir no mundo, e não está recebendo passivamente, acho que com certeza assim. E também essa coisa de entender que eu sou fruto de um processo histórico. [...] Eu sou uma pessoa nova porque milito, e o mundo é novo porque nós militamos, eu acho que é isso”. (ES-BH2 – Participante da Marcha Mundial das Mulheres e Democracia Socialista).

“E essa questão toda se a democracia nos transforma, com certeza. Porque é isso, a gente ainda pode falar, enquanto a gente puder falar a gente vai mudar, sempre, a gente vai mudar”. (G-BH2 – Participante da Associação da Resistência Cultural Afro-Brasileira).

“O que é interessante e modificou em mim, é eu me descobrir enquanto sujeito coletivo, o sentimento de humanidade, entender que a gente é mais do que simplesmente um indivíduo. Mas que a gente também tem uma dimensão que é da luta coletiva, e que essa luta coletiva acontece em grupos, não acontece com uma pessoa só”. (F-BH2 – Participante de Movimento Social de Moradia e Ocupação Urbana).

De acordo com os diálogos, a capacidade pedagógica da participação está diretamente ligada ao processo de disputa de poder e luta por melhores condições de vida. Ainda que as falas referentes à capacidade informacional e argumentativa estejam presentes nos debates sobre os aprendizados da participação, os processos de organização de poder e transformação de vida são os temas que ganham mais centralidade. Apesar de diferentes organizações terem se manifestado sobre o tema, são os movimentos sociais e os sindicatos que aparecem em evidência na maioria dos discursos. Nesse sentido, observa-se uma correspondência frequente entre a participação em movimentos sociais e sindicais e o desenvolvimento de habilidades políticas.

SENSOO DE EFICÁCIA

A definição de senso de eficácia formulada por Warren (2001) corresponde à ideia de que participar produz mudanças efetivas não apenas na vida dos ativistas, como também na construção da sociedade. Ao longo dos grupos, foi possível identificar algumas falas que corroboraram esse argumento, principalmente as relacionadas a mudanças em suas comunidades. Destacamos, inicialmente, dois diálogos de grupos de participantes de conselhos – grupos BH1 e SP1. Os relatos mostram que, apesar das dificuldades encontradas nos espaços participativos, existe um sentimento de que o engajamento gera resultados (mesmo que pequenos). Os ativistas ressaltam que a participação fortalece a democracia, sendo impraticável pensar um sistema democrático sem a participação popular. O participante P-SP1 acrescenta ainda, ao dar o exemplo das pastorais, que o engajamento pode inclusive converter e aprimorar os espaços a que estão vinculados. A prática participativa, em alguns casos, não apenas pode impactar a vida dos ativistas, como os próprios participantes podem alterar a dinâmica interna desses espaços.

Quadro 3. Senso de eficácia

Documento	Conteúdo de Citação
SP1 – Instituições Participativas	“A nossa luta é conscientizar as pessoas, dizer pra eles, que sem a participação deles não vai haver mudança, a mudança vai acontecer com as pessoas participando [...] dizer pra eles que é muito importante que eles e nós entendam que o poder emana do povo, é o povo que tem o poder. [...] E a luta é essa, eu acho que sim, contribui muito, a mudança vai vir através do povo, da conscientização [...]”. (J-SP1 – Participante dos Conselhos de Saúde, Participativo, da Habitação e Associação Comunitária). “Eu acho que a participação ela muda, ela converte, ela traz maturidade para o processo democrático, e aí sem a participação o principal pilar de democracia ele vai se deteriorando. [...] Mas é mesmo, a igreja não é democrática, ela é hierárquica. Só que a nossa participação converte os espaços, muda os espaços”. (P-SP1 – Participante do Conselho Participativo de xxx e Pastorais)
BH1 – Instituições Participativas	“[...] a minha participação fortalece a democracia. [...] Talvez um indivíduo só não faz tanta coisa, mas ajuda que as coisas mudem. Então pensando na democracia que eu queria que existisse, eu acho que a minha participação vai contribuir nesse sentido”. (M-BH1 – Participante do MST). “Eu acredito que a gente contribui sim, claro que não é no ritmo que a gente gostaria e ter a voz que a gente gostaria de levar, tem todas essas dificuldades mesmo, é um exercício de muita paciência [...]. Então eu acho que as contribuições, por menor que elas possam parecer, elas são relevantes”. (P-BH1 – Participante do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Política Urbana)

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do INCT – Instituto da Democracia (2019).

Entre os participantes de instituições participativas, há certo consenso quanto à percepção positiva de suas atividades políticas, principalmente em um aspecto amplo de mudança na própria construção da democracia. Nesses casos, foi fácil observar o senso de eficácia proposto por Warren, principalmente em função do desenho institucional e dos objetivos das próprias IPs. Nos diálogos, os ativistas comumente fizeram menção à dinâmica deliberativa desses espaços, característica fundamental dos conselhos e conferências. Nota-se que os termos “debate” e “discussões coletivas” estão muito presentes nas falas dos participantes. Além disso, o escopo de atuação das IPs, diretamente ligadas a elaboração e fiscalização de políticas públicas, permite aos participantes visualizar com maior facilidade o impacto de suas ações empreendidas. No grupo POA4, os participantes relataram como a experiência do Orçamento Participativo (OP) de Porto Alegre possibilitou o aprimoramento do processo democrático e da própria capacidade formativa dos seus participantes. Um dos participantes relatou que a experiência no OP permitiu “aprender a participar participando”, destacando a ideia de Carole Pateman (1992) de que a participação em nível local capacita os indivíduos para se envolverem em processos políticos em escalas mais amplas. Assim, a prática participativa em si mesma pode atuar como um catalisador para essa habilidade de engajamento político em diferentes contextos.

Observa-se, portanto, que alguns participantes, particularmente de IPs, movimentos sociais e sindicatos, não apenas acreditam na participação como forma de interferir na construção da sociedade, como também a encaram como indispensável para a democracia e para o provimento de políticas públicas. Observa-se, novamente, a distinção dos dois padrões de participação – o político e o privado. Os ativistas ligados ao padrão político, mesmo reconhecendo os limites e dificuldades dos processos participativos, acreditam na eficácia da participação. Essa característica não foi observada entre os ativistas do padrão privado, como foi o caso dos participantes do

grupo BH3, de associações beneficentes. Nesse grupo, as opiniões tendem a ser mais céticas em relação às ações participativas.

“Eu vou falar como grão-mestre da Loja Maçônica xxx, e uma das coisas que impactaram muito a minha gestão lá dentro foi a questão política. Porque quando você fala dentro da instituição a questão política, aí vira que maçonaria não pode ter a questão política, ele não pode ter um partido. Mas eu sempre fiz ver a todos que não é o partido A, B ou C, mas são as propostas, o que nós da sociedade, nós da maçonaria, como eu acho que toda a associação, tem que tomar uma posição, seja ela A ou B, pode dar errado, mas tem que tomar uma posição”. (AJ-BH3 – Participante da Maçonaria; Conselheiro do Crea e de Associação Recreativa).

“Ela tem uma representatividade forte, mas não tem poder de decisão. [...] Mas o problema maior de todas as associações são seus líderes, porque cada um pensa pensando em si próprio”. (AJ-BH3 – Maçonaria e Organizações Benéficas)

“Vaidade”. (RA-BH3 – Maçonaria e Organizações Benéficas).

“Parece que é a cultura do brasileiro”. (A-BH3 – Participante de Cooperativa de transporte).

“É isso, isso mesmo. Cultura do brasileiro. Porque a ideia aqui do fulano, eu não posso aprovar a ideia do fulano tem que ser ideia minha. Então eu vou criar uma outra ideia parecida com a dele pra ver se ele vai aderir a mim porque eu sou o titular daquela ideia. Esse é o mal do nosso país”. (AJ-BH3 – Maçonaria e Organizações Benéficas).

“Vocês estão dizendo que a participação associativa não tem capacidade de mudar a política?” (Moderadora).

“Ela tem obrigação, mas não tem força”. (AJ-BH3 – Maçonaria e Organizações Benéficas).

“[...] é como se fosse uma plantação, você tem que ir plantando, plantando pra mudar, eu acredito sim nessa mudança, mas a longo prazo, igual eu falei, daqui a quase 40, 50, você tem que ir multiplicando, você não pode desistir”. (F-BH3 – Maçonaria).

As falas dos participantes, apesar de reconhecerem a importância da participação, não a veem gerando os resultados necessários. O discurso sobre a tensão entre a participação e a política demonstra que existe um movimento de desvinculação das atividades ligadas à dinâmica associativa da própria política, ou seja, em alguns momentos, os ativistas não entendem (ou são constrangidos a não entender) a participação como uma atividade política.

Há, um importante achado nesses dados – a não percepção da participação como forma de se fazer política impede ou dificulta verificar a eficácia das ações participativas. Em outras palavras, torna-se mais difícil perceber o sentido prático de qualquer mudança através da participação. Os discursos, como “[a participação associativa] tem obrigação, mas não tem força” e de que as mudanças vão acontecer

a longo prazo – “30, 40 anos” –, demonstram que a participação estaria tão deslocada dos centros de poder que os efeitos só poderiam ser sentidos depois de muito tempo e com muita insistência. Os participantes ainda ressaltam que o maior problema para a eficácia da participação seria a própria cultura dos brasileiros, ligada à vaidade e aos interesses privados, em detrimento do bem comum. Aqui se verifica como a socialização de valores que enfatizam o distanciamento e a apatia em relação à política, originados de uma cultura democrática frágil, tem impulsionado tanto a desmobilização social quanto o aumento do ceticismo em relação à participação (BAQUERO, 2001).

Ainda durante esses diálogos, os ativistas citam dois exemplos de mudanças que a participação pode ter gerado. A primeira refere-se à greve dos caminhoneiros, como exemplo de força de uma categoria unida (nesse caso específico, citado pelo ativista da cooperativa de transporte). A greve dos caminhoneiros, apesar de ter sido uma paralização de extensão nacional e com fortes repercussões, também conteve ambiguidades políticas, inclusive manifestações em favor da intervenção militar (IDEIA..., 2018, OLIVEIRA e BETIM, 2018; RAMALHOSO, 2018). O segundo exemplo refere-se à “mudança de mentalidade” quanto aos profissionais do sistema judiciário. Um dos ativistas citou o quanto as pessoas, em geral, consideravam os auditores corruptos e que, atualmente, houve uma mudança nessa perspectiva, fazendo referência à admiração crescente aos atores do sistema judiciário. Ambos os exemplos reforçam perspectivas que tencionam a relação entre participação e democracia. O primeiro por se referir a uma manifestação com traços autoritários, e o segundo por articular a participação com o movimento anticorrupção e seus desdobramentos. A discussão entre esses atores, ligados a associações beneficentes, visivelmente pontua a dinâmica de profunda desconfiança do sistema político.

ADESÃO À DEMOCRACIA E VIRTUDES CÍVICAS

Ao se discutir sobre apoio à democracia e possibilidade de um golpe militar, na maioria dos grupos realizados, as pessoas disseram ser inadmissível renunciar à democracia por um regime autoritário. Por outro lado, ao preencher o questionário, antes do início dos grupos, alguns participantes afirmaram que um golpe militar seria justificado, principalmente, em casos de instabilidade política e muita corrupção⁵. A afirmação foi assinalada, especialmente, entre os participantes do grupo BH3 (organizações beneficentes), mas também apareceu entre os grupos de instituições participativas e movimentos sociais.

⁵ No grupo BH2 (movimentos sociais), a possibilidade de golpe apareceu apenas uma vez, em casos de instabilidade política, muita corrupção e crise econômica. No grupo BH3 (organizações beneficentes), duas pessoas afirmaram ser justificável um golpe em caso de instabilidade política, e uma pessoa afirmou ser justificável em casos de muito crime e muita corrupção. No grupo SP1 (instituições participativas), a possibilidade de golpe apareceu por duas vezes e apenas em caso de instabilidade política. Por fim, no grupo SP4, o golpe seria justificado, mais uma vez, em caso de instabilidade política e muita corrupção. Os participantes dos grupos BH1 (instituições participativas), MOC2 (movimento estudantil), POA4 (instituições participativas e partidos políticos) e POA5 (partidos políticos) em nenhum dos casos afirmaram ser justificável um golpe militar.

No grupo SP1, composto por pessoas com forte trajetória participativa, principalmente em IPs, um dos participantes, jovem e que atua em algumas IPs da periferia de São Paulo, levantou o tema do golpe militar como uma possibilidade. O ativista justificou seu posicionamento defendendo que nem todas as pessoas estariam preparadas ou apresentariam o desejo de atuar politicamente, permitindo, dessa forma, que outras pessoas o façam. Consequentemente, a participação, nesses moldes, poderia provocar uma instabilidade no sistema político. Esse argumento se aproxima muito da premissa de Brennan (2017), que defende que nem todas as pessoas seriam capacitadas para exercer a participação (mesmo que seja através do voto) e que a participação desmedida poderia desestabilizar o sistema político.

“Eu acho que as pessoas no geral, pegando o recorte do meu território, mas que se repete, se replica Brasil a fora, as pessoas têm muito desinteresse. Eu sei que é perigoso falar isso de trocar esse esquema de democracia por qualquer outro, mas eu acho há momentos que precisa de uma intervenção sim. Há momentos que pessoas alheias a ter uma participação ativa na sociedade elas deixam que outras façam. Porque eu tomei iniciativa e estou me ferrando sem ter remuneração nenhuma e tal. Porque se eu não fizer, se eu não me organizar, outro ou alguém vai me organizar. [...] as pessoas não têm ideia de quem está lá no cenário e isso pode ser um terreno fértil para que se faça o que quiser e de repente medidas que impactam diretamente a sociedade de forma muito prejudicial possa acontecer, passar e a sociedade ficar refém. Eu acho que cabe aí nessas situações existir uma ruptura do que a gente chama de democracia. [...] eu digo assim essa situação hipotética que eu coloquei que é a realidade nossa, pode gerar um agravamento, uma instabilidade social, que de repente leva a ruptura. Será que não seria? Não sei, hipoteticamente. Mas eu não descartaria essa hipótese”. (M-SP1 – Participante de Associações de Moradores e Amigos do bairro Jardim xxx; Conselheiro do Conselho Gestor da Unidade Básica de Saúde; Conselho Popular de Saúde).

Em outro momento do mesmo diálogo, o participante disse que, em algumas situações, o próprio ativismo foi prejudicial às ações públicas, e que foi necessário um confronto político mais intenso para que o problema fosse resolvido. Nesse sentido, uma intervenção não democrática poderia ser necessária. Na conversa, o ativista M-SP1 relata um caso em que foi necessária uma intervenção mais violenta (derrubar o portão) para se garantir a ação desejada. Desse modo, uma ruptura democrática, como uma intervenção mais enérgica e determinante, seria necessária.

“Eu vou dar um exemplo [...] está acontecendo de uns anos pra cá, empreendimentos particulares, avançando... a gente pediu até o tombamento, era uma chácara japonesa que remetia à ocupação do bairro. Em três órgãos diferentes a gente pediu o tombamento, Iphan, Ministério Público, e os empreendedores foram lá e derrubaram [...]. só que lá pra cima adjacente você tem a copa do povo, não se vocês conhecem, o maior empreendimento do MTST, que ele não vai fazer uma autoconstrução, ele vai uma construção pela construtora que era dona do terreno. Ou seja, de um lado socialista, do outro, empreendedor capitalista. Esses dois exemplos de polos opostos estão atacando e oprimindo a comunidade [...]. E quando a gente mobiliza e faz uma ocupação, eu estou falando eu, vocês podem pensar que eu sou de direita,

mas não é. A gente vai lá e isso foi uma ruptura de um processo que você tinha ali, um processo para ter o tombamento, você entra nos órgãos e manda mandar no Ministério Público. Não teve resposta, a gente podia abraçar ali a Chácara da Batiã, fazer uma intervenção como a gente fez na CT e a gente mandou vários ofícios, morria idoso atropelado, até que morreu a mãe de um dos nossos colegas de associação e a gente foi e derrubou o portão lá da CT. Esse momento de ruptura do diálogo, da burocracia, do ofício, é isso que eu estou dizendo que pode se refletir lá no macro, momento que o povo toma as rédeas". (M-SP1).

No grupo SP4, com participantes jovens, sendo dois vinculados a associações esportivas, e a terceira ligada ao ativismo ambiental, também houve um diálogo sobre a possibilidade de ruptura. Dessa vez, a possibilidade de golpe estava ligada ao estabelecimento da ordem. Um dos participantes de associação esportiva defendeu o golpe militar, enquanto o outro participante ainda ficou na dúvida. A ativista ambiental negou completamente a possibilidade do golpe.

"Eu acho que um período de tempo pra poder arrumar, é ok, mas, um governo voltado só nisso, eu acho que não dá certo. A gente lutou muito pra cada um poder se expressar da forma que quer. Então, perder isso de novo não parece certo". (V-SP4 – Participante de associação esportiva).

Moderadora: Mas pode ser que por um período, seja necessário?

"É por que assim, por exemplo, se tá tendo muita bagunça, se tá muita gente roubando, tá tendo muita criminalidade, tá tendo é... suborno, sabe? Um problema generalizado que acaba sendo difícil conviver com as próprias pessoas em si, é... tem um tempo que alguém controle isso, que nem um golpe de estado, que faça com que as pessoas se acalmem pra depois voltar a democracia de novo, eu acho é aceitável. Mas perder a nossa liberdade, eu acho errado. [...] quando tá tendo muita corrupção, a gente não tem como a gente ter representante, os militares, eles acabam tomando o poder pra resolver aquilo, voltar do zero, a construir a democracia". (V-SP4).

Foram apenas nesses dois grupos focais em que, claramente, apareceram falas em defesa de uma intervenção militar. Em ambos os casos, a maioria do grupo foi contra, principalmente, entre os ativistas do grupo SP1, de instituições participativas. Os ativistas, ao defenderem a democracia, retomaram argumentos de como a participação possibilita a conquista e o acesso aos direitos. Além disso, mobilizaram momentos históricos, em que a participação foi fundamental para o avanço de importantes agendas.

No caso das duas falas sobre a possibilidade de golpe, observa-se também algumas distinções. A fala em defesa de um regime autoritário do participante do grupo de IPs centrou-se em um apoio a uma intervenção para a garantia de direitos. A justificativa e o exemplo utilizado pelo ativista foram mobilizados a partir da sua própria experiência de participação, em que, durante uma manifestação em defesa de uma ação pró-comunidade, foi derrubado à força o portão de uma instituição. Nesse caso, fica claro como a própria trajetória participativa interpelou seu posicionamento em relação à defesa de um regime autoritário. A própria participação instigou seu

posicionamento “antidemocrático”. Já no grupo de jovens, a fala do ativista do campo esportivo se pautou na chave da desordem social, e, diferentemente do caso do grupo de IPs, os argumentos mobilizados centraram-se mais na ineficiência das instituições políticas do que na própria prática participativa.

Em todos os casos, as diferenças entre os padrões e históricos de participação, novamente, ficam evidentes entre os grupos. Mesmo na defesa dos regimes autoritários, observa-se que a vinculação a organizações participativas impulsionada por problemas de cunho político produz posicionamentos diferentes em relação aos ativistas motivados por questões cívicas ou privadas.

OS DIFERENTES PADRÕES DE PARTICIPAÇÃO: ALGUNS APONTAMENTOS

A análise dos grupos focais permitiu identificar diferentes elementos explicativos da relação entre participação e seus efeitos formativos. Ao comparar os diálogos entre os grupos, observa-se a clara existência de distintos padrões de participação que culminam, conseqüentemente, em valores e efeitos democráticos específicos. Os dados confirmam o argumento de que não necessariamente uma rica vida associativa estaria, automaticamente, relacionada ao fortalecimento de uma cultura democrática, sendo necessário distinguir os múltiplos perfis participativos presentes na sociedade. Assim como em Young (2002), foi possível identificar padrões distintos de participação presentes nos grupos focais analisados neste trabalho, confirmando a não homogeneidade da sociedade civil brasileira.

O primeiro padrão político de participação está ligado, principalmente, às experiências partilhadas de transição democrática e conquista de direitos sociais. Esse perfil de ativismo, particularmente do campo progressista, esteve à frente de importantes lutas sociais e de grande parte dos estudos sobre participação. Esses atores foram identificados, principalmente, entre os grupos focais com participantes de instituições participativas, movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos.

O segundo padrão estaria ligado ao que Young (2002) chamou de atividades privadas e cívicas. Apesar desses atores estarem envolvidos em múltiplas organizações (até mesmo de caráter mais político), a trajetória desses indivíduos centrou-se, sobretudo, em atividades beneficentes ou na organização de grupos específicos, como foi o caso de ativistas ligados ao associativismo comunitário e recreativo.

Apesar do caráter não amostral dos grupos focais, os elementos suscitados pelos diálogos, além de corroborar os achados de Dagnino et al. (1998) e Young (2002), também revelam que não é apenas a participação em si que define um entendimento da democracia, mas sim que formas diferentes de participação estariam relacionadas a distintos entendimentos da democracia e do sistema político.

Ao verificar os possíveis efeitos democráticos listados por Warren (2001), as diferenças entre os padrões de participação também ficam evidentes. Apesar de, na maioria dos grupos focais analisados, os participantes afirmarem perceber mudanças em sua forma de se comunicar e no conhecimento adquirido através da participação, dentre o padrão privado de ativismo, fica evidente a descrença nas atividades

participativas e, principalmente, no próprio sistema político. Por outro lado, nos grupos com indivíduos ligados a uma trajetória política de participação, observou-se que o ativismo não apenas aprimorou as habilidades desses participantes como também alterou seus valores relacionados à sociedade e à democracia. Entre os participantes desses grupos, principalmente nos grupos de Porto Alegre com ativistas de partidos, sindicatos e participantes do Orçamento Participativo, a participação social aparece como eixo fundamental da dinâmica democrática.

Sobre o não apoio à democracia, em apenas dois diálogos apareceram, claramente, a defesa de um regime autoritário. Ainda assim, alguns elementos se destacam. Dentre os ativistas de associações beneficentes, a dimensão procedimental da democracia é preponderante. No diálogo em que o ativista de associação recreativa defende um regime autoritário, ele o faz em caso de desordem social. Já em relação ao conselheiro participante do grupo de São Paulo, o apoio a um regime não democrático se deu em caso de uma intervenção mais drástica, para a resolução de um problema, e sua justificativa foi baseada em sua própria experiência participativa. Nesse caso, tanto o Estado quanto outros setores da sociedade civil apresentaram falhas na resolução do problema, e foi necessário o uso da força para uma intervenção mais efetiva.

Nos outros diálogos, a defesa pela democracia frente à possibilidade de um regime autoritário passou por dois eixos analíticos. O primeiro está associado ao padrão participativo tradicional, que assume a importância da democracia, mas a vê incompleta ou inexistente ao não garantir justiça social e acesso a direitos. Nesse sentido, os debates desse padrão participativo retomam o conceito de autoritarismo social, em que, mesmo com a existência formal da democracia, as relações ainda são pautadas em um tratamento desigual, baseadas predominantemente em critérios de classe, raça, gênero e etnia (DAGNINO et al., 1998). Essa dinâmica estabelece “diferentes categorias de pessoas hierarquicamente dispostas em seus respectivos ‘lugares’ na sociedade, reproduzindo a desigualdade das relações sociais em todos os níveis e estruturando uma cultura autoritária” (DAGNINO, 2004, p. 103). Portanto, para esse conjunto de ativistas, a dinâmica democrática deveria ser uma resposta a essa cultura autoritária, sendo falha ao não a combater, o que explica os momentos em que os participantes afirmaram não existir democracia.

O segundo eixo analítico referente aos ativistas de padrão privado, centrou-se na discussão sobre corrupção, patriotismo e partidos. Nesse sentido, a capacidade formativa dos espaços de participação cede espaço para elementos como posicionamento ideológico partidário e campo “ético-político”. Observa-se que, entre os participantes de perfil privado, os discursos sobre apoio à democracia e sobre a própria prática participativa, ressaltaram elementos ligados à atual conjuntura de polarização existente na sociedade brasileira, em que a perspectiva de desconfiança do próprio sistema político fica evidente (AVRITZER, 2020; AVRITZER, KERCHE e MARONA, 2021).

Os dados revelaram, sobretudo, que a dinâmica participativa brasileira se dá de forma múltipla, uma vez que, geralmente, os ativistas se engajam em mais de uma organização da sociedade civil ao longo de sua vida e, em muitos casos, de maneira simultânea. Inclusive, esse engajamento pode se dar pela participação em

organizações de natureza mais política e, ao mesmo tempo, em outra de perfil mais privado. De forma que, conforme apontado, a temática, a razão do engajamento e o histórico político/participativo construído pelos ativistas parecem explicar melhor o comportamento dos atores participativos em relação à democracia e à sua própria participação, do que apenas a natureza específica da organização participativa de que ele se ocupa.

Essa distinção entre padrões de participação demonstra que determinados tipos associativos podem não fomentar a democracia. O padrão privado, ainda que permita a criação de laços entre os membros e até algumas habilidades organizativas, contribui pouco para o bem da sociedade em geral ou para a formação política de cidadãos. Esse padrão de participação tende a se fechar entre os membros de seu próprio grupo, gerando um distanciamento de preocupações mais amplas da sociedade e, principalmente, de seus aspectos políticos. Nos grupos focais de ativistas ligados às atividades de caráter mais privado (como a maçonaria e associações recreativas) e, às vezes, até mesmo cívico (como as organizações beneficentes), ficou evidente como os discursos pontuaram o distanciamento do sistema político, a descrença e a credibilidade com relação às instituições democráticas. O processo de despolitização correspondente ao comportamento dos grupos analisados confirma esse argumento. Por outro lado, nos grupos com ativistas ligados a políticas públicas amplas, os diálogos versaram, predominantemente, sobre a ampliação da participação, do acesso a direitos e a justiça social. Ainda que em diversos momentos tenha havido fortes críticas à democracia, o elemento político de que as mudanças necessárias só serão possíveis através da democracia, se fez constantemente presente nos diálogos.

Não há nada de errado com o padrão privado de participação, mas, em excesso, principalmente em relação a organizações civis e políticas, pode enfraquecer a democracia, gerando valores hostis não apenas em relação ao sistema democrático como também à pluralidade existente na sociedade (YOUNG, 2002; ARNEIL, 2006), o que catalisaria a ideia do autoritarismo social de Dagnino (2004) e Dagnino et al. (1998). Os dados confirmam como a sutileza do padrão privado de participação tem ocupado não apenas os espaços, por natureza, privados, mas também toda a diversidade de organizações da sociedade civil, como sindicatos, partidos e até mesmo movimentos sociais e IPs. O que não exclui que ainda existam ativistas de forte trajetória política ocupando esses espaços. Por esse mesmo motivo, nos grupos focais, encontramos ativistas a favor de um golpe militar em organizações com campos de atuação completamente diferentes, como, por exemplo, em IPs e organizações recreativas. Assim, os dados gerados pelos grupos demonstram que até mesmo as organizações mais genéricas e com motivações socialmente nobres podem estar relacionadas à defesa de valores antidemocráticos (ARMONY, 2004; YOUNG, 2002).

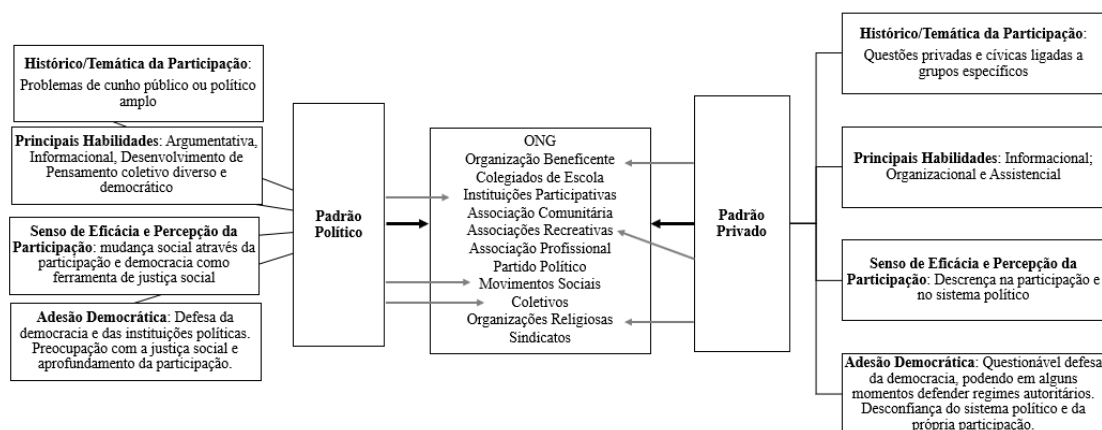
Assim, para entender a dinâmica participativa do Brasil, é necessário olhar não apenas para um modelo específico de participação, mas também se atentar à toda a trajetória (temática) política que os ativistas se dispõem a percorrer. O atual contexto de instabilidade política parece incentivar ou lançar luz sobre os comportamentos antidemocráticos presentes historicamente na sociedade brasileira e que, por vezes,

são replicados ou incentivados pelo próprio trânsito participativo dos ativistas (ARMONY, 2004). Ainda que algumas formas de participação pareçam corresponder, mais especificamente, a atitudes mais ou menos democráticas, compreender a temática, a razão do engajamento e os seus sentidos políticos se mostra muito necessário para se analisar os efeitos democráticos da participação no Brasil.

O diagrama a seguir sistematiza esses principais argumentos, ilustrando como diferentes padrões participativos também se conectam a comportamentos distintos quanto ao histórico participativo, as habilidades promovidas pela participação, senso de eficácia e a própria defesa da democracia. O padrão político concentra ativistas com vínculos participativos motivados por questões de cunho político, ligados a problemas específicos de uma comunidade e referentes, sobretudo, a questões sociais ou de grupos minorizados. Esses ativistas apresentam como principais habilidades desenvolvidas a mudança em seus valores e, principalmente, o reconhecimento de seu papel enquanto ator político e comunitário. Em razão dos seus fortes laços participativos, esse padrão político, apesar de apontar severas críticas à democracia e aos desenhos de algumas organizações de participação, também defende a democracia em qualquer que seja a circunstância e acredita que o ativismo é a principal ferramenta para o aprofundamento democrático e promoção da justiça social.

Por outro lado, o padrão privado organiza ativistas que iniciam sua trajetória participativa a partir de questões específicas e de cunho privado ou até mesmo cívico. Citam como principais habilidades apenas questões organizacionais e apresentam descrença quanto à efetividade da participação e do próprio sistema político. Essa posição também reverbera em um fraco apoio à democracia e, principalmente, às instituições democráticas.

Figura 2. Padrões de participação



Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação aos tipos de organizações participativas, as análises dos grupos focais demonstram que não são organizações específicas de participação que se conectam (ou correspondem exclusivamente) a distintos efeitos, mas o padrão participativo adotado pelos ativistas que apresenta correlação com diferentes comportamentos e atitudes democráticas. De fato, algumas organizações se aproximam mais de

determinados padrões do que outras, como é o caso do padrão político e as instituições participativas, coletivos e até mesmo movimentos sociais (organizações historicamente de natureza mais política), assim como as organizações beneficentes, religiosas e recreativas se aproximam do padrão privado. No entanto, e essa é uma importante constatação, tanto ativistas que apresentam um padrão participativo mais político quanto aqueles mais próximos a abordagens privadas estão presentes em praticamente todos os tipos de organizações participativas da sociedade civil. Há tanto ativistas de perfis mais político em organizações religiosas como ativistas mais conservadores em movimentos sociais e IPs, por exemplo.

Assim, mesmo as organizações da sociedade civil com fortes características políticas não têm sido capazes de reverter as raízes autoritárias ainda presentes na sociedade brasileira (SCHWARCZ, 2019; MOISES, 1995; BAQUERO, 2001), sendo que, em alguns casos, a participação tende a reforçar esses valores antidemocráticos. Seria insuficiente afirmar que uma determinada organização participativa corresponde, exclusivamente, a comportamentos democráticos ou não democráticos, o que significa que, para compreender como a mobilização de viés antidemocrático pode ser impulsionada pela sociedade civil, é necessário olhar não apenas para organizações de natureza, explicitamente, antidemocrática, mas atentar-se para a multiplicidade de organizações da sociedade civil, e, principalmente, para os padrões de engajamento existentes entre os ativistas. Os dados nos mostram que ainda há um longo caminho a ser percorrido no sentido de compreender o entrelaçamento que existe entre a participação e os efeitos gerados entre os ativistas.

SOBRE A AUTORA

Priscila Zanandrez: Pesquisadora em estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e no Instituto da Democracia e Democratização da Comunicação (INCT/IDDC). É doutora e mestre em Ciência Política pela UFMG.

REFERÊNCIAS

1. ABERS, Rebecca. *Inventing local democracy: grassroots politics in Brazil*. Lynne Rienner Publishers, 2000.
2. ALMEIDA, Debora Rezende de; CUNHA, Eleonora. Schettini Martins. A análise da deliberação democrática: princípios, conceitos e variáveis relevantes. In: PIRES, Roberto R. (Org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011. v. 7, p. 109-123.
3. ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture revisited*. California: Sage Publications, 1989.
4. ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University, 1963.
5. ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. *The civic culture* (Princeton, 1963). *Table*, v. 4, 1953.
6. ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos*, p. 49-58, 2017. Disponível em: https://novosestudos.com.br/wp-content/uploads/2018/07/Angela-Alonso_A-pol%C3%ADtica-das-ruas.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.
7. ARMONY, Areil. *The dubious link: civic engagement and democratization*. Stanford University Press, 2004.
8. ARNEIL, Barbara. *Diverse communities: the problem with social capital*. Cambridge University Press, 2006.

9. AVRITZER, Leonardo. *Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.
10. AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. José Olympio, 2016.
11. AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. *Opinião Pública*, v. 18, n. 2, p. 383-398, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/6pHpmRWCWhM57s9svCdHZyB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 nov. 2023.
12. AVRITZER, Leonardo. *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo, 2010.
13. AVRITZER, Leonardo. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Civilização Brasileira, 2002. p. 561-562.
14. AVRITZER, Leonardo et al. Participação em tempos de desdemocratização: notas para um modelo de análise. In: TATAGIBA, Luciana et al. (Orgs). *Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências*. Porto Alegre: Zouk Editora, 2022. p. 109-126.
15. AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Autêntica, 2021.
16. AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Orgs.). *A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo*. São Paulo: Cortez, 2003.
17. AVRITZER, Leonardo; ZANANDREZ, Paulo. **Entre o passado e o futuro: a disputa em torno da participação**. *Revista do Serviço Público*, v. 75, n. esp., p. 35-58, 2024. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7995>. Acesso em: 27 ago. 2024.
18. BAIOCCHI, Gianpaolo. *Militants and citizens: the politics of participatory democracy in Porto Alegre*. Stanford: Stanford University Press, 2005.
19. BAQUERO, Marcello. Corruption, political culture and negative social capital in Brazil. *Revista Debates*, v. 9, n. 2, p. 139-157, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/57686/34737>. Acesso em: 22 ago. 2024.
20. BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 380-413, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762008000200005>
21. BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, n. 21, p. 83-108, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782003000200007>
22. BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4, p. 98-104, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000400011>
23. BERMAN, Sheri. Civil society and the collapse of the Weimar Republic. *World Politics*, v. 49, n. 3, p. 401-429, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1353/wp.1997.0008>
24. BEZERRA, Carla de P. et al. Deinstitutionalization and resilience of participatory councils in the Bolsonaro government. *SciELO Preprints*, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4218>
25. BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opinião Pública*, v. 11, n. 1, p. 147-168, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762005000100006>
26. BRASIL. *PPA Participativo: memória do processo*. Abril a agosto de 2023. 2023. Disponível em: <https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/programas/f/2/>. Acesso em: 20 ago. 2024.
27. BRENNAN, Jason. *Against democracy*. Princeton: Princeton University Press, 2017.
28. BRUSTEIN, William. *The logic of evil: the social origins of the nazi party, 1925-1933*. Yale University Press, 1996.
29. CHAMBERS, Simone; KOPSTEIN, Jeffrey. Bad civil society. *Political Theory*, v. 29, n. 6, p. 837-865, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1177/0090591701029006008>
30. COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. *Civil society and political theory*. Cambridge: MIT Press, 1992.
31. DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, v. 3, n. 5, p. 139-164, 2004. DOI: <https://doi.org/10.5007/%25x>
32. DAGNINO, Evelina et al. Cultura democrática e cidadania. *Opinião Pública*, v. 5, n. 1, p. 20-71, 1998. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IErBMDM_MDA_cbed9_/v5n1a02.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

33. DIALOG GLOBAL: participatory budgeting worldwide. Updated version. Bonn, 2013. Disponível em:
<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/42267/1/Participatory%20Budgeting%20Worldwide.pdf>. Acesso em: 04 set. 2023.
34. DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
35. DOS SANTOS, Wanderley Guilherme. *Razões da desordem*. Rocco, 1993.
36. FARIA, Claudia Feres. *O Estado em movimento: complexidade social e participação política no Rio Grande do Sul*. 2005. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
37. FOLEY, Michael W.; EDWARDS, Bob. The paradox of civil society. *Journal of Democracy*, v. 7, p. 38, 1996. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-paradox-of-civil-society/>. Acesso em: 22 ago. 2024.
38. GAMSON, William A. *Talking politics*. Cambridge University Press, 1992.
39. GUTMANN, Amy (Ed.). *Freedom of association*. Princeton: Princeton University Press, 1998.
40. HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
41. HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova*, n. 36, p. 39-53, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451995000200003>
42. HIRSCHMAN, Albert O. Rival interpretations of market society: civilizing, destructive, or feeble? *Journal of Economic Literature*, v. 20, n. 4, p. 1463-1484, 1982. Disponível em:
<http://www.jstor.org/stable/2724829?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.
43. IDEIA de intervenção militar move caminhoneiros em greve. *Correio Braziliense*, 30 maio 2018. Disponível em:
https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/05/30/internas_economia,684890/ideia-de-intervencao-militar-move-caminhoneiros-em-greve.shtml. Acesso em: 21 ago. 2024.
44. MARCELINO, Paula; GALVÃO, Andréia. O sindicalismo brasileiro diante da ofensiva neoliberal restauradora. *Tempo Social*, v. 32, p. 157-182, 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ts/a/wykJSpV9K9WrPkg8R6DBhSj/#>. Acesso em: 29 nov. 2023.
45. MENDONÇA, Ricardo Fabrino; DOMINGUES, Letícia Birchall. Protestos contemporâneos e a crise da democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 37, 2022. DOI:
<https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.37.246424>
46. MOISÉS, José Álvaro. Os significados da democracia segundo os brasileiros. *Opinião Pública*, v. 16, n. 2, p. 269-309, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762010000200001>
47. MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.
48. OLIVEIRA, André de; BETIM, Felipe. Greve dos caminhoneiros, vitrine desproporcional para a “intervenção militar”. *El País*, 21 maio 2018. Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/30/politica/1527703161_738090.html. Acesso em: 21 ago. 2024.
49. PATEMAN, Carole. *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
50. PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta, 2019.
51. PIRES, Roberto Rocha Coelho (Org). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em:
<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3089>. Acesso em: 29 nov. 2023.
52. PIRES, Roberto; VAZ, Alexander. *Participação social como método de governo? Um mapeamento das "interfaces socioestatais" nos programas federais*. Brasília: IPEA, 2012. (Texto para Discussão).
53. PUTNAM, Robert. Bowling alone: America's declining social capital. In: CROTHERS, Lane; LOCKHART, Charles (Eds.). *Culture and politics*. New York: Palgrave Macmillan, 2000. p. 223-234.
54. PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
55. RAMALHOSO, Wellington. Intervenção militar, como foi pedida nos protestos em rodovias, seria golpe e inconstitucional. *Uol*, 30 maio 2018. Disponível em:
<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/05/30/o-que-manifestantes-pediram-foi-golpe-militar-nao-intervencao.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 21 ago. 2024.
56. ROCHA, Marcelo. Bolsonaro propõe mudar lei antiterrorismo com brecha para punir movimento social. *Folha de S. Paulo*, 30 mar. 2022. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/03/bolsonaro-propoe-mudar-lei-antiterrorismo-com-brecha-para-punir-movimento-social.shtml>. Acesso em: 19 ago. 2024.

57. ROMÃO, Wagner; MONTAMBEAULT, Françoise; LOUAULT, Frédéric. Participação institucional e ativismo no Brasil contemporâneo. *Caderno CRH*, v. 33, 2020. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.36716>
58. SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 39-82.
59. SCHWARCZ, Lília Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
60. SILVA, Marcelo Kunrath; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 8, n. 20, p. 26-49, 2020. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/rbs.647>. Acesso em: 29 nov. 2023.
61. SINTOMER, Yves. Los presupuestos participativos en Europa: retos y desafíos. *Revista del Clad Reforma y Democracia*, n. 31, p. 1-17, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=357533663003>. Acesso em: 22 ago. 2024.
62. STANLEY, Liam. Using focus groups in political science and international relations. *Politics*, v. 36, n. 3, p. 236-249, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/0263395715624120>
63. TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201925163>
64. WARREN, Mark E. Citizen participation and democratic deficits: considerations from the perspective of democratic theory. In: DEBARDELEBEN, Joan; PAMMETT, Jon H. *Activating the citizen: dilemmas of participation in Europe and Canada*. London: Palgrave Macmillan, 2009. p. 17-40.
65. WARREN, Mark E. *Democracy and association*. Princeton University Press, 2001.
66. YOUNG, Iris M. *Inclusion and democracy*. Oxford University Press, 2002.
67. ZANANDREZ, Priscila. *Dinâmica participativa no Brasil e seus múltiplos efeitos: uma análise das organizações participativas e dos efeitos democráticos*. 2022. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

Submissão em 29 de novembro de 2023.

Aceito em 15 de fevereiro de 2024.



Anexo 1. Descrição grupos focais realizados: grupos e participantes

Grupo Focal	Local	Nº de participantes	Vínculos Participativos (n ⁶)	Auto posicionamento Ideológico ⁷
BH1 – Instituições Participativas	Belo Horizonte	9	Associações e/ou ONGs Temáticas (4)	Esquerda (5); Centro (1); Centro Direita (2)
			Organização Beneficente (5)	
			Colegiados de Escola (1)	
			Conselho de Políticas Públicas (6)	
			Associação Comunitária (3)	
			Associações Recreativas/Esportivas (2)	
			Associação Profissional (2)	
			Orçamento Participativo (3)	
			Conferências de Políticas Públicas (5)	
			Partido Político (3)	
			Movimentos Sociais (4)	
			Igreja ou Organização Religiosa (2)	
			Sindicatos (2)	
BH2 – Movimentos Sociais	Belo Horizonte	7	Associações e/ou ONGs Temáticas (3)	Esquerda (7)
			Organização Beneficente (5)	
			Colegiados de Escola (3)	
			Conselho de Políticas Públicas (4)	
			Associação Comunitária (3)	
			Associações Recreativas/Esportivas (2)	
			Associação Profissional (4)	
			Orçamento Participativo (4)	
			Conferências de Políticas Públicas (3)	
			Partido Político (5)	
			Movimentos Sociais (6)	
			Igreja ou Organização Religiosa (4)	
			Sindicatos (2)	
BH3 – Organizações Beneficentes	Belo Horizonte	6	Associações e/ou ONGs Temáticas (2)	Esquerda (1); Centro-Direita (4); Direita (1)
			Organização Beneficente (5)	
			Colegiados de Escola (1)	
			Associação Comunitária (3)	
			Associações Recreativas/Esportivas (4)	
			Associação Profissional (3)	
			Orçamento Participativo (1)	
			Conferências de Políticas Públicas (1)	

⁶ Número de participantes que declararam participar de cada organização.

⁷ No pré-questionário aplicado nos participantes antes da realização dos grupos, foi perguntada a seguinte questão: “Pensando em esquerda e direita na política, como o(a) sr(a) se considera? Lembrando que 1 significa que o(a) sr(a) é de esquerda e 10 que o(a) sr(a) é de direita”.

			Partido Político (4)	
			Movimentos Sociais (4)	
			Igreja ou Organização Religiosa (3)	
MOC2 – Movimento Estudantil	Montes Claros	4	Associações e/ou ONGs Temáticas (2)	Esquerda (3); Centro (1)
			Organização Beneficente (1)	
			Colegiados de Escola (2)	
			Conselho de Políticas Públicas (1)	
			Associações Recreativas/Esportivas (2)	
			Associação Profissional (1)	
			Conferências de Políticas Públicas (2)	
			Partido Político (1)	
			Movimentos Sociais (1)	
			Igreja ou Organização Religiosa (1)	
POA4 – Instituições Participativas e Partidos	Porto Alegre	5	Associações e/ou ONGs Temáticas (3)	Esquerda (3); Centro (2)
			Organização Beneficente (2)	
			Colegiados de Escola (2)	
			Conselho de Políticas Públicas (3)	
			Associação Comunitária (3)	
			Associações Recreativas/Esportivas (2)	
			Associação Profissional (3)	
			Orçamento Participativo (3)	
			Conferências de Políticas Públicas (3)	
			Partido Político (4)	
			Movimentos Sociais (3)	
			Igreja ou Organização Religiosa (1)	
			Sindicatos (2)	
POA5 – Partidos Políticos	Porto Alegre	5	Associações e/ou ONGs Temáticas (2)	Esquerda (4); Direita (1)
			Conselho de Políticas Públicas (1)	
			Associação Comunitária (1)	
			Associações Recreativas/Esportivas (1)	
			Associação Profissional (1)	
			Orçamento Participativo (1)	
			Conferências de Políticas Públicas (2)	
			Partido Político (5)	
			Movimentos Sociais (1)	
			Igreja ou Organização Religiosa (1)	
SP1 – Instituições Participativas	São Paulo	7	Associações e/ou ONGs Temáticas (5)	Esquerda (4); Centro (2); Direita (1*)
			Organização Beneficente (2)	
			Colegiados de Escola (2)	
			Conselho de Políticas Públicas (4)	
			Associação Comunitária (5)	

			Associações Recreativas/Esportivas (2)	
			Associação Profissional (3)	
			Orçamento Participativo (3)	
			Conferências de Políticas Públicas (4)	
			Partido Político (4)	
			Movimentos Sociais (4)	
			Igreja ou Organização Religiosa (4)	
			Sindicatos (1)	
SP4 - Movimentos Sociais e Associações Recreativas	São Paulo	3	Associações e/ou ONGs Temáticas (1)	Esquerda (1); Centro (2)
			Organização Beneficente (1)	
			Associações Recreativas/Esportivas (1)	
			Movimentos Sociais (2)	